5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As integrantes do Grupo de Convivência eram marcadas pela condição de pobreza de bens materiais e simbólicos. Encontravam-se em condições de acesso mais estreito ao lazer e aos bens culturais do que os idosos associados à categoria "Terceira Idade". No CEMASI, buscavam por um espaço onde minimamente pudessem desfrutar de sociabilidade e benefícios assistenciais.

Diante de uma assistência irregular, focal, de recursos escassos e alterações do desenho institucional, consideradas como perdas constantes (uma assistência pobre para pobre), a música foi utilizada buscando refletir sobre direitos e sobre a conjuntura, bem como para vitalizar recursos, potencialidades e memórias.

A dificuldade em romper os ciclos de exclusão e ao mesmo tempo o intuito de minorar algumas de suas facetas, conferem à assistência social um caráter contraditório. Essa contradição da assistência social se apresenta como uma forma de resposta significativa às carências da população e ao mesmo tempo encontra-se permeada e determinada pela precarização de seus serviços. Esses serviços, embora necessários à população excluída, possuem uma série de discontinuidades.

A diversidade de programas e projetos assistenciais demonstram que as ações de assistência social não são integradas e se caracterizam pela focalidade (Yazbek, 1993).

A focalidade da área assistencial manifesta-se em seus serviços, estruturas e lógicas. A SMAS não foge a essa realidade, entendida enquanto uma subdivisão do Governo Municipal, executora da Política Pública de Assistência Social e como sendo condicionada pela história, pela estrutura e cultura política que permeiam a gestão da coisa pública.

Esta política, por sua vez, tem sido demarcada por avanços e recuos, bem como pela contínua mudança em seu arranjo administrativo, recursos institucionais, direcionamento de ações e funcionamento de projetos. Tais alterações se dão por conta dos acordos e rompimentos político-partidários, por modificações nas prioridades devido à conjuntura e pela superficialidade com que a assistência aos excluídos é realizada.

Perante as descontinuidades da intervenção do poder público junto à pobreza, a temática da favela é retomada.

A viabilidade das favelas, sua urbanização, a intervenção pública na tentativa de repressão ao seu crescimento e a sua remoção de regiões da cidade consideradas mais nobres, vêm sendo retomadas e re-consideradas.

A geratriz da problemática, suas causas socioeconômicas, não são abordadas e o pobre, o excluído, ainda é culpabilizado pela sua pobreza e conseqüentes expressões. Seus arranjos e formas de resistência são diminuídos.

As variadas dificuldades e exclusões ocasionadas pela condição de pobreza, em especial a discriminação sofrida pelos considerados “favelados” são acrescidas pela presença do crime organizado. Essa ampla ordem de exclusões se expressa no cotidiano de carências materiais e nas representações construídas sobre o pobre por outras classes e por ele mesmo. Inclusive, durante as investigações realizadas ocorridas durante o atendimento social e através da fala das idosas, foi expresso um conjunto de reordenações que a interferência do Tráfico de Drogas infligia na dinâmica das relações das comunidades e das famílias.

Dentre essas reordenações, destacamos as modificações nas expressões culturais das comunidades, o estranhamento e conflito entre os modelos estéticos musicais das diferentes gerações, o aliciamento de jovens, conflitos armados com a polícia, insegurança e limitação no acesso a espaços dominados por outras facções dentro da própria comunidade.

A pobreza, em suas expressões materiais e subjetivas, é acirrada pela perpetuação da violência no cotidiano do favelado.

A limitação do acesso a bens culturais, a espaços públicos, passeios e centros-culturais reforça uma subalternidade que, segundo Yazbek (1993), é construída socialmente e reproduzida em meio à ignorância de direitos, restrições, alienação e focalidade das ações do Estado.

Os limites de intervenção do poder público junto à problemática da pobreza apontam para um descompasso no tempo de resposta do Estado às demandas dos sujeitos. Essa resposta, quando é encaminhada, apresenta-se permeada por continuidades e descontinuidades.

Tendo em vista a instabilidade presente nas ações do Estado frente às demandas sociais, compreendemos que as contínuas modificações ocorridas na SMAS têm relação com o que Yazbek (idem) afirma ser uma das expressões

intrínsecas ao campo assistencial. Para a autora, a descontinuidade, compartimentação e escassez de recursos dos serviços assistenciais acabam por precarizar a Política. A autora assevera ainda que as intervenções da assistência, geralmente emergenciais e circunstanciais, não modificam a desigualdade social, nem o quadro de concentração de renda (Yazbek, 1993).

Os direcionamentos e prioridades de cada Prefeito e Secretário têm sido influenciados e condicionados por toda uma cultura política que se mantém relacionada com demandas político-partidárias e com alguma forma de compromisso social. As intervenções desses personagens têm formado um desenho administrativo na Secretaria de constantes alterações. Se existem algumas continuidades, essas convivem com uma série de descontinuidades.

Algumas dessas modificações político-administrativas tiveram impacto sensível no Grupo de Convivência em que realizamos a pesquisa. Dentre estas modificações, considero de maior significação: o cancelamento do programa de distribuição de cestas básicas; a demissão de vários prestadores de serviço da Secretaria, incluindo a dinamizadora que acompanhou a formação do grupo; a admissão de assistentes sociais concursados; a utilização de assistentes sociais e agentes comunitários que foram cedidos a SETI, trabalharam nos Grupos de Convivência e posteriormente voltaram para a SMAS; e a alteração da área de abrangência dos CEMASI.

A reordenação e redução da área de abrangência do CEMASI São Judas Tadeu ao Bairro do Cosme Velho, colaborou, meses depois, para o fechamento do Grupo de Convivência e da instituição. Posteriormente houve a incorporação do atendimento social no bairro à área de abrangência do CEMASI Maria Lina, situado em Laranjeiras.

Tais reordenações se caracterizaram como um conjunto de perdas para as idosas, de confusão e contínua adaptação para os funcionários do CEMASI e acomodação dos serviços e estruturas de trabalho. Esse conjunto de alterações político-administrativas denunciou um período de mudança de gestor da Secretaria, que aumentou o quadro efetivo de funcionários da mesma e implementou o SUAS, ao mesmo tempo em que outras reordenações foram oficialmente efetuadas.

A dinâmica do Grupo de Convivência era permeada pelos direcionamentos de lideranças. Lideranças essas de algumas integrantes que possuíam mais carisma e participação ou mesmo da pessoa que dinamizava os trabalhos. A

condução era aceita, demandada e respaldada pelo grupo, tanto ativamente quanto por omissão. Esta condução se dava através de posturas informais, posicionamentos e falas simples, do senso comum, muitas vezes apresentando teor maniqueísta e permeadas de moralidade, motivações e signos religiosos.

O modo como se dava o papel das lideranças correspondia à dinâmica interna do grupo. Porém, em sua expressão, essa liderança também era influenciada pelos objetivos e estrutura do Programa Rio Experiente, bem como pela instabilidade e descontinuidades que estes sofrem decorrentes das contradições da área assistencial (Yazbek, 1993).

Por outro lado, observamos que ao mesmo tempo em que as lideranças nos grupos por vezes disputavam seus pontos de vista e imposições através do silêncio, contraditoriamente, também favoreciam junto às integrantes trocas de experiências, vivências de criação musical, a emissão de opiniões relevantes e o estímulo para que o grupo tivesse disposição para o envolvimento com as propostas e debates. Essa contradição presente na figura das lideranças também sinalizava as potencialidades dos sujeitos, a capacidade de expressão, participação e protagonismo.

Junto a essas lideranças, percebíamos a presença de conteúdos vinculados a sua cultura regional e a discursos religiosos. Essa constatação também se aplicava aos que coordenavam o grupo, e não somente aos participantes.

Nosso entendimento quanto às potencialidades da música e da arte é o do favorecimento de uma intervenção significativa junto à subalternidade, pois as atividades que propiciam o desenvolvimento do potencial criativo dos indivíduos os modificam e, portanto, os recriam (Jorge, 1990; Maturana, 1995, 1997).

A arte de modo geral e a música, em particular, possibilitam essa recriação por conta do encantamento e do esclarecimento crítico que favorecem.

As características presentes nas artes favorecem a integração e reinvenção dos sujeitos através da alteração de suas percepções sobre a realidade social (Fischer, 1981). Realidade essa que se apresenta permeada pela exclusão e por representações que mascaram e esvaziam as determinações socioeconômicas da realidade objetiva, culpabilizando os indivíduos pelas carências produzidas socialmente.

O Grupo de Convivência que foi estudado está integrado a um projeto da Política de Assistência Social e é direcionado para o atendimento a idosos excluídos.

As idosas que freqüentavam o grupo não estavam enquadradas na chamada "Terceira Idade", que é uma representação da velhice que reprivatiza o envelhecimento (Debert, 1999) ao responsabilizar exclusivamente o empenho dos indivíduos pela sua saúde e 'rejuvenescimento'. Essa representação está geralmente vinculada a velhos independentes e com acesso a serviços e bens culturais, tirando de cena a velhice precarizada e empobrecida, restringindo um segmento etário diversificado.

Os integrantes do Grupo de Convivência estudado, por sua vez, apresentavam uma condição material e subjetiva de subalternidade e exclusão. A condição de pobreza demarcava e limitava suas moradias, a saúde e o acesso a serviços e bens culturais, tais como as opções de lazer e entretenimento. Essa condição também era alimentada pela auto-representação negativa dos idosos na subalternidade (Yazbek, 1993).

O espaço do CEMASI apresentava um dos poucos referenciais públicos que podia encaminhar o atendimento a algumas de suas demandas.

Contudo, pudemos observar que a condução do Grupo de Convivência nesse espaço estava respaldada em uma estrutura de trabalho que, em linhas gerais, polarizava e dicotomizava o fazer intelectual e o prático.

Apesar das mudanças e descontinuidades presentes na SMAS, os elementos básicos do projeto dos Grupos de Convivência foram mantidos. De acordo com a forma como esse projeto foi estruturado, ao dinamizador (terceirizado ou agente comunitário) cabia a execução e ao assistente social o trabalho de acompanhamento e supervisão. Este gerenciava os grupos através das atividades desempenhadas pelos dinamizadores.

Essa divisão das atividades foi estruturada inicialmente para agilizar o trabalho que possuía poucos técnicos disponíveis.

Entendemos que a forma como o grupo foi construído, dicotomizando trabalho prático do teórico, corroborou para uma gestão emocional dos grupos, centrado na pessoa da dinamizadora e dos integrantes com mais carisma, em detrimento do estímulo à participação do restante das idosas que freqüentavam o

grupo. Tal arranjo não está descolado da condução histórica que vem se dando às ações assistenciais.

As intervenções públicas junto à pobreza, realizadas através das Políticas de Assistência Social, apresentam-se marcadas historicamente pela limitação e contradição presentes em uma matriz conservadora que reforça toda uma lógica de culpabilização, subordinação e tutela do pobre. Essa matriz é reforçada pelo vínculo histórico da assistência com a filantropia, o voluntariado e um paternalismo ligado ao último (Yazbek, 1993).

O reforço da individualidade e da tutela mostrou-se como um dos elementos presentes na assistência ao grupo de idosas e era reproduzido pelas próprias idosas ao centralizarem sua identidade nas figuras dos dinamizadores.

Entendemos que essa dinâmica desenvolvida tem relações com toda uma condição de precarização e carências de ordem simbólica e afetiva, uma expressão da exclusão de possibilidades e de bens culturais.

Faleiros (2002) e Goldman (1999) asseveram a importância de o serviço social se vincular a práticas de valorização do fortalecimento e autonomia dos usuários por meio do estímulo de sua participação, de seu *empoderamento*.

Além do local voltado para o exercício da sociabilidade e do acesso a benefícios sociais, as idosas demandavam por atividades manuais por conta de sua familiaridade com as mesmas e diante da possibilidade dessas atividades aumentarem sua renda.

Essas atividades não correspondiam, necessariamente, ao artesanato inventivo e criativo, mas à confecção de reproduções. No entanto, possibilitavam o convívio, a conversa descompromissada sobre acontecimentos do cotidiano na comunidade e ocupavam o tempo.

Durante o início da pesquisa, essa demanda do grupo por atividades de artesanato indicava a possibilidade de ser contrária à vivência musical. Porém, a inserção da música realizada antes ou mesmo durante as produções de artesanato foi bem acolhida pelo grupo, proporcionando momentos de alegria, integração e criação bem como a eclosão da memória individual e coletiva.

Dessa forma, as atividades com música foram assimiladas aos poucos pelas idosas e posteriormente passaram a ser demandadas pelo grupo.

Se por um lado as atividades com música realizadas junto às idosas confirmaram e ou e enriqueceram questões problematizadas pelo material teórico,

por outro, as descontinuidades e focalidades (Yazbek, 1993) presentes na assistência social do município (mais especificamente na SMAS) repercutiram em minhas condições objetivas de trabalho profissional e na dinâmica do grupo estudado. Tal ordem de questões foi incorporada à pesquisa por tratar-se da realidade da construção de nosso objeto de estudo.

A focalidade e fragmentação das ações assistenciais demonstrada através dos projetos corroboraram para uma prática profissional que priorizava mais a execução de tarefas do que a produção e investimento teórico sobre a prática assistencial.

De acordo com Yazbek (1993), a atuação do assistente social, tanto em instituições públicas como nas privadas, se estabelece por meio da intervenção nas relações sociais em que estão inseridos os usuários de seus serviços. Essa intervenção ocorre mediada pela prestação de serviços sociais, em especial pelo desenvolvimento da dimensão socioeducativa da profissão. Esta dimensão é permeada por componentes políticos e, portanto, pode tanto buscar disciplinar e conduzir os usuários em sua trajetória, quanto fortalecer projetos, demandas e lutas coletivas dos excluídos.

Compreendemos que o serviço social pode se conduzir em duas direções opostas: pode investir na possibilidade de esclarecimento, fortalecimento e independência dos excluídos ou auxiliar a reiteração de medidas e lógicas que reproduzam a subalternidade e a tutela.

De acordo com Yamamoto (2002), a relação entre a postura dos profissionais e o cenário político-institucional em que estão inseridos condicionam as possibilidades de maior ou menor autonomia nas intervenções junto aos usuários da assistência social.

Esse posicionamento da autora é complementado pelo de Goldman (1999), o qual considera que justamente por conta das mudanças societárias contemporâneas, o serviço social deve buscar meios para atender a condição de trabalhador assalariado e manter seus pressupostos éticos no que tange ao atendimento de seus usuários.

Faleiros (2002) aproxima-se dessa discussão quando indica que cabe ao assistente social favorecer o fortalecimento dos usuários.

Consideramos que nossa condição de pesquisador de nossa própria atuação profissional também apresentou algumas contradições e especificidades no

desenvolvimento da pesquisa. Muitas vezes, as demandas profissionais influenciavam a execução do trabalho acadêmico, que por sua vez não estava descolado da prática, mas sim buscava pesquisá-la. Essa “dupla natureza”, ao mesmo tempo em que tornava a investigação complexa, propiciou um enriquecimento de reflexões, as quais estavam inseridas no objeto de estudo, faziam parte dele. Sob estas condições reais é que construímos nossa pesquisa.

Além das dificuldades advindas das diversas funções que precisavam ser desenvolvidas, algumas vezes em detrimento do acompanhamento do grupo estudado, a própria estrutura da Secretaria, instável e descontínua, afetava o Grupo de Convivência.

Apesar de considerar o conjunto de rebatimentos que as mudanças na conjuntura político-administrativa tiveram no grupo, as perdas e inconstâncias sofridas pelo mesmo e suas repercussões em nossas condições de trabalho, entendemos que o trato com as idosas possibilitou vivências significativas na relação da música com o resgate da memória e o desenvolvimento dos potenciais criativos das idosas.

A evocação das lembranças, bem como o exercício de construção musical, contribuíram para momentos de criatividade e humanização. A autonomia criativa era exercitada em grupo.

A construção de memórias e a vivência da criação musical através das expressões sonoras do grupo favoreciam a celebração do presente e uma certa manutenção, recriação e humanização pela arte.

O envolvimento com música possibilita, segundo Oliveira (1996), a harmonização do grupo. A memória, com suas características fluidas e construídas (Bosi, 1983; Le Goff; 1990; Dalmaz & Netto, 2004), ocasionalmente era desencadeada pela interação musical.

A utilização da música na assistência integral aos idosos, mesmo sem possuir meios, em si mesma, de reverter as condições de exclusão material, pode favorecer a recriação global e profunda dos sujeitos através da valorização de sua memória e de suas experiências.

A música possibilita a esses sujeitos, o estímulo à criatividade, o desvendamento crítico acerca dos direitos e processos sociais que geram as diversas formas de exclusão com as quais convivem diariamente.

Compreendemos que seja possível à música favorecer a resistência dos excluídos no plano cultural e simbólico através do fortalecimento de sua auto-imagem, da valorização de suas memórias, potencialidades e do enriquecimento de seus referenciais culturais.

É através do resgate da memória e das vivências integradoras que a música pode favorecer a eclosão da espontaneidade criativa. Espontaneidade essa calcada na elaboração intuitiva dos registros e bagagens culturais, rítmicos e sonoros.

Os "improvisos" sonoros bem como os "batuques" realizados pelas idosas tinham como base o processamento de referências, de memórias musicais que desencadearam a eclosão de potencialidades, de sua musicalidade. Esta dinâmica faz parte do processo de criação e recriação, correspondendo à afirmação de resistência da vida a precarização e subalternidade. Constitui sua *autopoiesis*.

Considerando a flexibilidade do serviço social para se adaptar às demandas conjunturais da realidade (Iamamoto, 2002), bem como sua capacidade em se apropriar de abordagens teóricas múltiplas e de práticas diversificadas (Silva 1997), cabe ao assistente social que se proponha a trabalhar com arte e, especificamente com música, buscar uma contínua capacitação nos recursos e exigências técnicas dessa linguagem, assim como permitir vivenciar os efeitos da música na sua consciência, memória e potência criativa (Forti, 1998; Oliveira 1996).

A arte exige a busca pela criatividade, integrando racionalidade e sensibilidade. Sua utilização mais profunda junto às necessidades sociais dos excluídos, material e simbolicamente, demandam profissionais que veiculem medidas de proteção social e promoção cultural.

Diante de toda a prática refletida desenvolvida neste trabalho acerca dos benefícios da música junto à intervenção do serviço social no trato com idosos, entendemos que não somente a formação e capacitação profissional do assistente social podem ser enriquecidas com as perspectivas artísticas - especialmente musicais - mas também que as ações e direcionamentos da assistência social podem se beneficiar com a incorporação dessas abordagens diferenciadas.

Sinalizamos a esperança de que a ênfase dada à visão simplesmente técnica e focal no campo assistencial seja ampliada por meio de estudos e intervenções inspirados em outras perspectivas, tais como: a antropológica, a artística, a histórica e a cultural.

Compreendemos que o conjunto integrado desses e outros saberes podem favorecer condições para o desenvolvimento e para o planejamento de programas sociais mais progressistas e integrados.

Apesar da instabilidade político-administrativa presente na SMAS e de sua repercussão nos programas assistenciais de atenção ao idoso, o Grupo de Convivência estudado demonstrou ter sido estimulado pela música. As integrantes do grupo construíram variadas interações e expressões sonoras durante a observação participante. Essas interações se configuraram como meios de comunicação não verbal (Oliveira, 1996), catalisaram a valorização e reconstrução da memória das idosas (Bosi, 1983; Le Goff, 1990; Dalmaz e Netto, 2004), além de favorecerem a vitalização (Maturana, 1995; 1997) das integrantes.

Considerando a atuação do serviço social; a potencialidade que a arte e a música possuem no que se refere a desfragmentação e esclarecimento dos sujeitos (Fischer, 1981); sua integração com a coletividade e com sua própria identidade, potencialidade e saúde (Fischer, 1981; Zamboni, 1998; Jorge, 1990), é pertinente a assimilação da arte e da música como recursos possíveis e profícuos para a intervenção do serviço social.

Para isso, como foi explicitado por Forti (1998), a formação dos estudantes de serviço social e a capacitação dos que já estão graduados deve se adaptar para acolher os benefícios e as funções que as artes em geral e a música, de modo específico, possuem.

Entendemos que essa capacitação deve ser continuada e deve considerar tanto os aspectos teóricos quanto os práticos, articulando os pressupostos do serviço social, seus preceitos ético-políticos e seu conteúdo teórico com a racionalidade e sensibilidade artísticas.

A utilização das funções e benefícios musicais exigirá dos institutos de formação e do profissional o interesse e a aproximação da dimensão musical.

A experiência mais direta com o estudo e a vivência da arte é que pode favorecer conexões mais profundas junto aos usuários de seus serviços. Dentre esses, os idosos apresentam-se com demandas variadas e complexas. Neles, os recursos da música possibilitam o resgate da memória individual e coletiva, a discussão sobre a realidade e avaliação da conjuntura atual, assim como momentos de criação e interação com elementos musicais.

Os recursos da música podem favorecer o estudo acerca das memórias, bem como a compreensão dos impactos das relações sociais nas concepções dos sujeitos, através da coleta de representações. Além disso, a música pode ser útil em trabalhos realizados com grupos, no desenvolvimento de temáticas, discussões e democratização de informações.